
Gás Natural
São Paulo Sul S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Gás Natural São Paulo Sul S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gás Natural São Paulo Sul S.A. (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gás Natural São Paulo Sul S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Gás Natural São Paulo Sul S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.




Gás Natural São Paulo Sul S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	61.133	64.047	Empréstimos (Nota 15)	31.647	73.251
Contas a receber de clientes (Nota 8)	108.274	88.680	Fornecedores (Nota 16)	52.600	37.302
Estoques (Nota 9)	1.025	1.194	Obrigações trabalhistas a pagar	1.372	1.303
Tributos a recuperar (Nota 10)	12.779	11.135	Tributos a pagar (Nota 17)	13.022	4.706
Outros ativos	332	493	Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 12)	2.439	5.593
	<u>183.543</u>	<u>165.549</u>	Partes relacionadas (Nota 11)	1.393	1.805
			Juros sobre capital próprio a pagar (Nota 20.2(c))	22.366	27.431
			Outros passivos	2.413	1.923
				<u>127.252</u>	<u>153.314</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos (Nota 15)	73.370	29.891
Tributos a recuperar (Nota 10)	2.182	3.923	Provisão para contingências (Nota 18)	4.029	5.312
Ativos fiscais diferidos (Nota 12 (a))	3.454	4.225		<u>77.399</u>	<u>35.203</u>
Depósitos judiciais (Nota 18)	1.056	1.029	Total do passivo	<u>204.651</u>	<u>188.517</u>
	<u>6.692</u>	<u>9.177</u>			
			Patrimônio líquido (Nota 20)		
Intangível (Nota 13)	639.472	641.056	Capital social	584.923	584.923
Diferido (Nota 14)	306	1.176	Reservas de Lucros	40.439	43.518
	<u>646.470</u>	<u>651.409</u>		<u>625.362</u>	<u>628.441</u>
Total do ativo	<u><u>830.013</u></u>	<u><u>816.958</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido	<u><u>830.013</u></u>	<u><u>816.958</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita líquida (Nota 21)	554.959	492.991
Custo do serviço (Nota 22)	<u>(432.429)</u>	<u>(357.269)</u>
Lucro bruto	<u>122.530</u>	<u>135.722</u>
Despesas gerais e administrativas (Nota 24)	(58.234)	(58.099)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 25)	<u>(7.106)</u>	<u>(5.431)</u>
Lucro operacional	57.190	72.192
Receitas financeiras	4.849	3.913
Despesas financeiras	<u>(12.501)</u>	<u>(12.742)</u>
Resultado financeiro, líquido (Nota 23)	<u>(7.652)</u>	<u>(8.829)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>49.538</u>	<u>63.363</u>
Imposto de renda e contribuição social - Correntes (Nota 12(d))	(8.728)	(11.989)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos (Nota 12(d))	<u>(771)</u>	<u>(655)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>40.039</u>	<u>50.719</u>
Quantidade de lote de mil ações em circulação	595.800	595.800
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações – R\$	<u>67,20</u>	<u>85,13</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gás Natural São Paulo Sul S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	40.039	50.719
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente do exercício	<u>40.039</u>	<u>50.719</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto		
Em 31 de dezembro de 2015	<u>584.923</u>	<u>17.223</u>	<u>3.007</u>	<u>5.170</u>		<u>610.323</u>
Dividendos adicionais aprovados (Nota 20.2 (c))				(5.170)		(5.170)
Lucro líquido do exercício					50.719	50.719
Destinação do lucro:						
Reserva legal		2.536			(2.536)	
Juros sobre o capital próprio (R\$ 46,04 por lote de mil ações)					(27.431)	(27.431)
Destinação de resultado a definir em AGOE (Abril de 2017)				20.752	(20.752)	
Em 31 de dezembro de 2016	<u>584.923</u>	<u>19.759</u>	<u>3.007</u>	<u>20.752</u>		<u>628.441</u>
Dividendos adicionais aprovados (Nota 20.2 (c))				(20.752)		(20.752)
Lucro líquido do exercício					40.039	40.039
Destinação do lucro:						
Reserva legal		2.002			(2.002)	
Juros sobre o capital próprio (R\$ 37,54 por lote de mil ações)					(22.366)	(22.366)
Destinação de resultado a definir em AGOE (Abril de 2018)				15.671	(15.671)	
Em 31 de dezembro de 2017	<u>584.923</u>	<u>21.761</u>	<u>3.007</u>	<u>15.671</u>		<u>625.362</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	49.538	63.363
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	39.211	37.549
Resultado na baixa do intangível	(48)	(137)
Resultado financeiro não realizado	11.137	11.360
Contingências	(1.283)	(827)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	530	448
	<u>99.085</u>	<u>111.756</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(20.124)	(16.361)
Estoques	169	36
Tributos a recuperar e diferidos	16.918	13.289
Outros ativos	161	(299)
Depósitos judiciais	(27)	(119)
Débitos restituíveis	-	328
Fornecedores	15.298	(7.676)
Obrigações trabalhistas a pagar	69	28
Tributos a pagar	(4.336)	(8.909)
Partes relacionadas	(412)	3.205
Demais contas e despesas a pagar	536	633
	<u>107.337</u>	<u>95.911</u>
Caixa proveniente das operações	107.337	95.911
Juros pagos	(9.618)	(13.576)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.050)	(3.325)
	<u>81.669</u>	<u>79.010</u>
Caixa Líquido proveniente das atividades operacionais	81.669	79.010
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de intangível	(36.400)	(34.520)
	<u>(36.400)</u>	<u>(34.520)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(36.400)	(34.520)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(44.069)	(13.435)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(4.115)	(1.458)
	<u>(48.183)</u>	<u>15.107</u>
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(48.183)	15.107
Redução (aumento) líquido de caixa e equivalente de caixa	(2.914)	59.597
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	64.047	4.450
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>61.133</u></u>	<u><u>64.047</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Gas Natural São Paulo Sul S.A. (a "Companhia" ou GNSPS) foi constituída com o objetivo de explorar serviços públicos de distribuição de gás canalizado, incluindo pesquisa, produção, aquisição, armazenamento, transporte, transmissão, exploração, distribuição e comercialização de gás combustível, de produção própria ou de terceiros na região Sul do Estado de São Paulo.

A Gas Natural São Paulo Sul S.A. é controlada pelo Grupo Gas Natural Fenosa cuja a sede é em Barcelona – Espanha.

A concessão obtida junto à Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE, sucedida a partir de 7 de dezembro de 2007 pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, tem o prazo de 30 anos a partir do ano 2000, podendo ser renovada por mais 20 anos (Nota 19.2).

A emissão destas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada por sua Administração, em 26 de março de 2018.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.1.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A seguir indicamos as alterações que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de Janeiro de 2017, que não tiveram impactos materiais para a Companhia:

CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Essa alteração introduz uma divulgação adicional que pretende permitir aos usuários das demonstrações financeiras avaliar melhor as mudanças nos passivos decorrentes das atividades de financiamento. As entidades são requeridas a divulgar mudanças nos passivos para os quais fluxos de caixa foram ou irão compor as atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

CPC 32 - Tributos sobre o Lucro

Esclarece que a análise de reconhecimento do imposto de renda diferido ativo ("IRD ativo") deve ser efetuada para as demonstrações financeiras como um todo, considerando a expectativa de lucros tributáveis futuros e diferenças temporárias tributáveis disponíveis. Esse tema é especialmente relevante quando um ativo é avaliado ao valor justo e esse valor está abaixo de sua base fiscal. O princípio geral de reconhecimento de IRD ativo deve ser sempre aplicado, ou seja, a análise de reconhecimento não pode ser efetuada considerando uma transação isolada.

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações anuais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a companhia atua ("a moeda funcional"). As informações anuais da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda.

Os instrumentos financeiros existentes no ativo da Companhia são representados por caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas e outros ativos, excluindo pagamentos antecipados, e foram classificados como empréstimos e recebíveis.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis e os títulos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4.4 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de 6 meses de atraso);
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela distribuição de gás canalizado, venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa "PCLD" (*impairment*). Na prática, as contas a receber são reconhecidas pelos valores faturados, pois não contêm um componente de financiamento significativo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões.

2.6 Estoques

Referem-se, principalmente, a itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.7 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço e sobre o lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 12).

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.8 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando for vinculado a tributo com exigibilidade suspensa e não houver possibilidade de resgate desses depósitos sem a liquidação concomitante do correspondente passivo.

2.9 Intangíveis

(i) Concessão para exploração de serviços públicos

Demonstrado pelo custo de aquisição, esse valor é amortizado linearmente em 28 anos, a partir da data em que os benefícios começaram a ser gerados. Essa concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a sua vigência.

(ii) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. A amortização é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

(iii) Programas de computador (softwares)

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

(iv) Servidão de passagem

Os gastos com servidão de passagem são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 13.

2.10 Diferido

(i) Despesas pré-operacionais

Os custos com implantação e pré-operacionais até 31 de dezembro de 2008 foram capitalizados e são amortizados usando-se o método linear, no período de até dez anos, a partir da data em que os benefícios começaram a ser gerados.

(ii) Instalações internas - captação

Referem-se aos gastos com instalações e equipamentos em residências, comércios e indústrias para captação de novos clientes e expansão dos negócios incorridos até 31 de dezembro de 2008.

Conforme Lei 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei no. 11.638/07, esses gastos permaneceram registrados no ativo diferido até sua amortização total. Os valores são amortizados conforme taxa demonstrada na Nota 14.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto eventual ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de dezembro de 2017 em decorrência dessa avaliação.

2.12 Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Normalmente, as contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelos valores faturados, pois não contêm um componente de financiamento significativo.

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Benefícios a empregados

(i) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

(ii) Planos de contribuição definida

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

2.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

pelos acionistas, em assembleia geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.18 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O reconhecimento da receita ocorre quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido ao cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizado, como aquecedores e acessórios. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

(c) Serviços de construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato de a Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo do serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.19 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB e/ou CPC, mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1o de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de hedge. A administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, exceto pelo impairment de contas a receber.

A Companhia revisou seus ativos e passivos financeiros e espera um aumento na provisão para créditos de liquidação duvidosa após a adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018 conforme quadro abaixo:

Mercado	Valor
Comercial	10
Industrial	581
GNV	2
Outros Clientes	4
Total	597

As novas regras serão aplicadas retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018, com os expedientes práticos permitidos de acordo com a norma.

. IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A Companhia realizou estudo e concluiu que a aplicação da nova norma não afeta a forma de contabilização já existente.

. IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A GNSPS tem R\$ 7.217 de compromissos com arrendamento mercantil operacional, sujeito a esta norma. No entanto, a Companhia ainda não determinou até que ponto esses compromissos resultarão no reconhecimento de um ativo e um passivo para pagamentos futuros, bem como o impacto no seu resultado e na classificação dos fluxos de caixa. Importante mencionar ainda que alguns dos compromissos existentes podem se enquadrar nas exceções da norma – curto prazo e pequeno valor. Além disso, alguns compromissos podem estar relacionados a acordos que não serão qualificados como arrendamentos de acordo com a IFRS 16.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3 Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período (Nota 8). A receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 56.426 (em 2016 de R\$ 47.296).

(b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber, sendo considerado o prazo de 180 dias.

(c) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros sejam consumidos pela Companhia. A Companhia revisa a vida útil desses ativos ao final de cada exercício.

(d) Passivo contingente

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face as potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Podem ser usados instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Econômico-Financeira da Companhia identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O risco de volatilidade no preço do gás distribuído a que a Companhia está exposta é reduzido, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos de gás distribuído, inclusive com ajustes extemporâneos em caso de variação significativa no custo de gás. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. Em 31 de dezembro de 2017, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros.

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía transações em moeda estrangeira.

(ii) Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía nenhum contrato com a finalidade de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de operação para sua proteção.

Em 31 de dezembro de 2017, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 0,25%, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social apresentaria variação negativa de R\$ 173 (2016 – R\$ 170), principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas ou mais baixas nos empréstimos de taxa variável.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes e renomadas no mercado - instituições financeiras de primeira linha. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente. As Notas 6 e 8 trazem divulgação adicional sobre risco de crédito.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A Companhia monitora suas previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O excesso de caixa mantido é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na nota 7, são divulgados os ativos que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

divulgados na tabela são do fluxo de caixa não descontados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2017		
Fornecedores	52.632	
Empréstimos	32.972	90.077
Contas a pagar – partes relacionadas	1.361	
Em 31 de dezembro de 2016		
Fornecedores	37.302	
Empréstimos	78.477	36.754
Contas a pagar – partes relacionadas	1.805	

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Total dos empréstimos (Nota 15)	105.017	103.142
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(61.133)</u>	<u>(64.047)</u>
Dívida líquida	43.884	39.095
Total do patrimônio líquido	<u>625.362</u>	<u>628.441</u>
Total do capital próprio e de terceiros	<u>669.246</u>	<u>667.536</u>
Índice de alavancagem financeira	7%	6%

O índice de alavancagem financeira em 2017 se manteve estável em comparação com o último ano. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos. A Companhia considera como ponto de equilíbrio um índice de alavancagem financeira de até 50%, sendo assim, o índice de 2017 está dentro da expectativa da Administração.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos dos empréstimos e recebíveis no ativo e dos outros passivos financeiros, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros existentes no ativo da Companhia são representados por caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas e outros ativos, excluindo pagamentos antecipados. Os existentes no passivo são representados por empréstimos, fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações estatutárias.

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2017		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	61.133	61.133
Contas a receber de clientes	108.274	108.274
Outros ativos	281	281
	<u>169.688</u>	<u>169.688</u>
	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2017		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos	105.017	105.017
Fornecedores	52.632	52.632
Outros passivos	2.413	2.413
Partes Relacionadas	1.361	1.361
	<u>161.423</u>	<u>161.423</u>
	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2016		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	64.047	64.047
Contas a receber de clientes	88.680	88.680
Outros ativos	291	291
	<u>153.018</u>	<u>153.018</u>
	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2016		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos	103.142	103.142
Fornecedores	37.302	37.302
Outros passivos	1.923	1.923
Partes Relacionadas	1.805	1.805
	<u>144.172</u>	<u>144.172</u>

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos com rating AAA.

Em relação às contas a receber, a Companhia possui uma carteira de 75.584 clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial e veicular, não havendo concentração significativa em nenhum de seus clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e contas correntes bancárias (i)	8.851	32.032
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (ii)	<u>52.282</u>	<u>32.015</u>
	<u>61.133</u>	<u>64.047</u>

(i) Embora tenha ocorrido um aumento de caixa proveniente das atividades operacionais, que pode ser observado na demonstração de fluxo de caixa, houve uma redução no Caixa e contas correntes bancárias em função dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos em 2017 terem sido maiores que os valores pagos em 2016.

(ii) Referem-se a aplicações em CDB - Certificado de Depósito Bancário em instituições financeiras de primeira linha, que foram remunerados à taxa média de 98,0 % do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 2017. Essas aplicações têm liquidez diária e podem ser sacadas a qualquer momento, tanto parcialmente quanto em sua totalidade sem mudança de valor.

8 Contas a receber de clientes

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Segmentos comercial e residencial	3.995	3.424
Segmento industrial	51.658	41.264
Fornecimento de gás medido e não faturado	56.426	47.296
Equipamentos	913	884
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(4.718)</u>	<u>(4.188)</u>
	<u>108.274</u>	<u>88.680</u>

Os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), representa seu valor justo.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A vencer	102.185	84.761
Até três meses	5.692	3.558
De três a seis meses	397	361
Acima de seis meses	<u>4.718</u>	<u>4.188</u>
	<u>112.992</u>	<u>92.868</u>

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações na provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Em 1º de janeiro	4.188	3.740
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	1.187	728
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	<u>(657)</u>	<u>(280)</u>
Em 31 de dezembro	<u><u>4.718</u></u>	<u><u>4.188</u></u>

A totalidade dos créditos com clientes que possuam dívidas vencidas há mais de seis meses é objeto de provisão para devedores duvidosos. A partir 30 dias de atraso ao pagamento da fatura os clientes industriais, comerciais e GNV tem o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes residenciais, o fornecimento é suspenso a partir de 60 dias de atraso.

Os valores inferiores a R\$ 6 são baixados das contas a receber após o prazo de 180 dias.

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrado acima. A Companhia não ofereceu nenhum título como garantia.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda adicional de R\$ 6.089 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (em 2016 de R\$ 3.919).

9 Estoques

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Produtos para revenda	434	433
Almoxarifado	587	757
Matérias-primas	<u>4</u>	<u>4</u>
	<u><u>1.025</u></u>	<u><u>1.194</u></u>

10 Tributos a recuperar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	1.059	1.911
PIS - Programa de Integração Social	1.229	1.750
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	6.523	8.636
IRRF a compensar	861	179
CSLL a compensar	5.285	2.578
Outros	<u>4</u>	<u>4</u>
Total	<u><u>14.961</u></u>	<u><u>15.058</u></u>
Circulante	12.779	11.135
Não circulante - Realizável a longo prazo	<u><u>2.182</u></u>	<u><u>3.923</u></u>

Os créditos de ICMS, PIS e COFINS são decorrentes das compras de gás, materiais, equipamentos e insumos para a construção das redes de gás e serão recuperados com impostos devidos nas operações normais da Companhia. A parcela não circulante refere-se a impostos na compra de ativos imobilizados para a infraestrutura.

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Partes relacionadas

Os saldos e operações com as partes relacionadas podem ser sumariados como segue:

(a) Saldos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Passivo circulante - Partes relacionadas		
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG (b)	79	47
Gas Natural Distribucion Latinoamerica S.A (a)	1.314	1.758
	<u>1.393</u>	<u>1.805</u>

(b) Transações

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Serviços corporativos		
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG (b)	477	1.108
Serviços de uso de software		
Gas Natural Informatica, S.A. (d)	785	1.063
Royalties		
Gas Natural Distribucion Latinoamerica S.A. (a)	5.079	5.712
	<u>6.341</u>	<u>7.883</u>

(a) Em 5 de agosto de 2009, foi averbado pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) o contrato com a Gas Natural Distribución Latinoamérica S.A. referente à transferência de conhecimentos técnicos e experiências (royalties), e seu valor é calculado pela aplicação da alíquota de 7% sobre o resultado operacional líquido, observando o limite máximo de 1% sobre o faturamento líquido. Em 2 de setembro de 2014, foi averbado pelo INPI o termo aditivo contratual, com validade até Mai/2018.

(b) Referem-se, substancialmente, a obrigações com a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG por serviços técnicos e administrativos prestados à Companhia.

(c) O serviço de uso de software refere-se ao contrato com a Gas Natural Informática S.A. para uso de direitos dos softwares corporativos da Companhia relativo à atividade operacional.

Remuneração do pessoal chave da administração

A Administração da Companhia é efetuada de forma compartilhada com outras empresas do grupo e os custos correspondentes ao tempo dos diretores corporativos a serviço da Companhia são reembolsados por meio de notas de débito e estão incluídos nos montantes de serviços corporativos acima demonstrados, nos respectivos exercícios.

12 Ativos fiscais diferidos

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos fiscais diferidos apresentam-se como segue:

	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2016	3.588	1.292	4.880
Diferenças temporárias do exercício	11.391	4.101	15.492
Realização de ativos diferidos por:			
Reversões de provisões não dedutíveis no passado	(11.147)	(4.013)	(15.160)

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Realização prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	(726)	(261)	(987)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.106	1.119	4.225
Diferenças temporárias do exercício	8.501	3.060	11.561
Realização de ativos diferidos por:			
Reversões de provisões não dedutíveis no passado	(9.068)	(3.264)	(12.332)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.539	915	3.454

(b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos fiscais diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

<u>Ano</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
2017		2.282
2018	1.865	1.943
2019	1.589	
	<u>3.454</u>	<u>4.225</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

(c) Movimentação

	IR e CS diferidos sobre:						
	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	Fornecedor Governo	Conta corrente Ativo regulatório	Ativo diferido	IR e CS Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Total
Em 31 de dezembro de 2015	157	1.891	573	117	1.155	987	4.880
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	<u>139</u>	<u>(97)</u>	<u>501</u>	<u>4</u>	<u>(215)</u>	<u>(987)</u>	<u>(655)</u>
Em 31 de dezembro de 2016	296	1.794	1.074	121	940	-	4.225
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	<u>35</u>	<u>(437)</u>	<u>(272)</u>	<u>118</u>	<u>(215)</u>		<u>(771)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>331</u>	<u>1.357</u>	<u>802</u>	<u>239</u>	<u>725</u>	<u>-</u>	<u>3.454</u>

(d) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	49.538	49.538	63.363	63.363
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(12.385)	(4.458)	(15.841)	(5.703)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	5.592	2.013	6.858	2.469
Adições, líquidas	(251)	(91)	(343)	(123)
Incentivos fiscais	80	-	39	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(6.963)</u>	<u>(2.536)</u>	<u>(9.287)</u>	<u>(3.357)</u>
Do exercício	(6.396)	(2.332)	(8.805)	(3.184)
Diferidos	(567)	(204)	(482)	(173)
	<u>(6.963)</u>	<u>(2.536)</u>	<u>(9.287)</u>	<u>(3.357)</u>
Alíquota efetiva	<u>14%</u>	<u>5%</u>	<u>15%</u>	<u>5%</u>

13 Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de passagem (b)	Software (c)	Contrato de concessão (d)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	272.640	1.406	2.290	362.289	638.625
Aquisições			2.690	35.871	38.561
Baixas				-	-
Amortização	(18.911)	(74)	(705)	(16.440)	(36.130)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>253.729</u>	<u>1.332</u>	<u>4.275</u>	<u>381.720</u>	<u>641.056</u>
Custo total	535.828	2.056	10.315	521.681	1.069.880
Amortização acumulada	(282.099)	(724)	(6.040)	(139.961)	(428.824)
Saldo contábil, líquido	<u>253.729</u>	<u>1.332</u>	<u>4.275</u>	<u>381.720</u>	<u>641.056</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2017	253.729	1.332	4.275	381.720	641.056
Aquisições			1.200	35.557	36.757
Baixas					-
Amortização	(18.912)	(74)	(1.087)	(18.268)	(38.341)

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>234.817</u>	<u>1.258</u>	<u>4.388</u>	<u>399.009</u>	<u>639.472</u>
Custo total	535.828	2.056	11.515	557.238	1.106.637
Amortização acumulada	<u>(301.011)</u>	<u>(798)</u>	<u>(7.127)</u>	<u>(158.229)</u>	<u>(467.165)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>234.817</u>	<u>1.258</u>	<u>4.388</u>	<u>399.009</u>	<u>639.472</u>
Taxas anuais de amortização (%)	<u>3,5</u>	<u>3</u>	<u>20</u>	<u>11,2</u>	

(a) Contrato de concessão possui um custo de aquisição no valor de R\$ 535.825 referentes ao contrato firmado entre a GNSPS e o Estado de São Paulo em 31 de maio de 2000, onde a Companhia passou a deter o direito de abastecer 93 municípios na região sul do estado de São Paulo com gás natural canalizado. Este valor é amortizado linearmente em 28 anos, a partir de fevereiro de 2002, data em que os benefícios começaram a ser gerados.

(b) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(c) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os bens vinculados à concessão sujeitos a reversão no final do prazo da concessão, conforme previsto no contrato de concessão, estão compostos abaixo.

			2017	2016
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil líquido	Saldo contábil líquido
Terrenos	445		445	445
Edificações e obras civis	1.192	(1.038)	154	160
Rede de gás	525.627	(148.510)	377.117	338.046
Máquinas e equipamentos	7.168	(3.740)	3.428	1.521
Equipamentos de informática - Hardware	2.482	(2.382)	100	112
Móveis e utensílios	1.190	(674)	516	77
Veículos	2.081	(1.542)	539	708
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.426	(343)	5.083	479
Obras em andamento (i)	<u>11.627</u>		<u>11.627</u>	<u>40.173</u>
	<u>557.238</u>	<u>(158.229)</u>	<u>399.009</u>	<u>381.720</u>

(i) As "Obras em andamento" referem-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede dos municípios paulistas de Alumínio, Boituva, Botucatu, Cerquilha, Itapetininga, Itu, Laranjal Paulista, Mairinque, Porto feliz, Salto, São Roque, Sorocaba, Tatuí, Tietê e Votorantim, de acordo com as obras de expansão dos segmentos residencial e comercial. Enquanto houver potencial de clientes, estas obras continuarão a existir em regime de continuidade.

Os juros capitalizados no período findo em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$ 357 (R\$ 4.041 em 31 de dezembro de 2016) à taxa média de 11,13% (15,15% em 31 de dezembro de 2016).

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Diferido

	<u>Conversão - transformação de aparelhos</u>	<u>Instalações internas - captações</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2016		2.595	2.595
Amortização		(1.419)	(1.419)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>-</u>	<u>1.176</u>	<u>1.176</u>
Custo total	575	44.461	45.036
Amortização acumulada	(575)	(43.285)	(43.860)
Saldo contábil, líquido	<u>-</u>	<u>1.176</u>	<u>1.176</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2017		1.176	1.176
Amortização		(870)	(870)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>-</u>	<u>306</u>	<u>306</u>
Custo total	575	44.461	45.036
Amortização acumulada	(575)	(44.155)	(44.730)
Saldo contábil, líquido	<u>-</u>	<u>306</u>	<u>306</u>
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	

15 Empréstimos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Empréstimos	100.000	100.000
Encargos provisionados sobre empréstimos	<u>5.017</u>	<u>3.142</u>
Total	105.017	103.142
Circulante	<u>(31.647)</u>	<u>(73.251)</u>
Não circulante - Exigível a longo prazo	<u>73.370</u>	<u>29.891</u>

Os empréstimos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de levar gás para novos municípios. Operações *clean*, sem garantias e sem *covenants*. A Companhia terminou o ano com um custo médio de 111,7% do CDI (2016 – 108,4% do CDI).

O valor justo dos empréstimos atuais é equivalente ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores contábeis baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos pode ser assim demonstrada:

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>Lc (*)</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
Em moeda nacional					
Banco ING	X			40.345	
Banco Itau		520	40.000		
Banco Mizuho	X	31.127		1.983	29.891
Banco Santander			33.370		
Banco Intensa				30.923	
		<u>31.647</u>	<u>73.370</u>	<u>73.251</u>	<u>29.891</u>

(*) Lc - Linha de crédito

Os vencimentos dos empréstimos a longo prazo são os seguintes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
2018		29.891
2019		
2020	<u>73.370</u>	
	<u>73.370</u>	<u>29.891</u>

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ingressos	-	30.000
Encargo provisionado (i)	11.494	14.861
Encargo pago	<u>(9.619)</u>	<u>(13.576)</u>
	<u>(1.875)</u>	<u>31.285</u>

(i) Na composição de encargo provisionado contém juros capitalizados de R\$ 357 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 4.041 em 31 de dezembro de 2016).

16 Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedor de gás	41.220	30.104
Fornecedores de materiais e serviços	8.827	5.511
Retenções contratuais	<u>2.553</u>	<u>1.687</u>
	<u>52.600</u>	<u>37.302</u>

17 Tributos a pagar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (i)	11.663	3.321
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	53	51
Outros	<u>1.306</u>	<u>1.334</u>
	<u>13.022</u>	<u>4.706</u>

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em 1º de abril de 2017, a alíquota efetiva do Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS) sobre venda de gás natural foi alterada de 12% para 15%, considerando o Decreto No 62.399, de 29 de dezembro de 2016, em contrapartida a alíquota do ICMS sobre a compra de gás natural oriunda do estado do Mato Grosso do Sul, permaneceu em 12%. Além disso, a variação ocorrida também está relacionada ao aumento na receita de gás de 2017 em comparação a 2016 devido ao aumento da tarifa a partir de junho conforme Deliberação ARSESP 730/2017.

18 Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas (subsidiariamente às empreiteiras de serviços), cíveis e outros, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. A avaliação da necessidade de provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos é efetuada pela Administração, amparada na opinião de seus consultores legais internos e externos. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 contemplam provisão para contingências, no montante de R\$ 4.029 (em 2016 de R\$ 5.312) para fazer face às perdas prováveis.

A provisão para contingências cobertas por depósitos judiciais é composta como segue:

Provisões	2017	2016
Trabalhistas (a)	1.132	2.643
Cíveis (b)	2.897	2.669
	<u>4.029</u>	<u>5.312</u>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>5.599</u>
Adições	1.189
Baixas	(2.016)
Atualizações monetárias	540
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>5.312</u>
	1.900
Adições	
Baixas	(3.224)
Atualizações monetárias	41
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>4.029</u>

Os depósitos judiciais totalizam R\$ 1.056 (em 2016 de R\$ 1.029).

Depósitos judiciais	2017	2016
Trabalhistas (a)	270	271
Cíveis (b)	534	523
Fiscais	249	232
Penhora judicial	<u>3</u>	<u>3</u>
	<u>1.056</u>	<u>1.029</u>

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

(a) Trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se às ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por 26 de 32

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

responsabilidade subsidiária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Quantidade de ações movidas por ex-empregados terceiros	<u>35</u>	<u>53</u>
	<u>35</u>	<u>53</u>

Os contratos junto às empreiteiras de serviços possuem cláusulas determinando que essas demandas sejam suportadas exclusivamente pelas prestadoras de serviços. Adicionalmente, as seguintes garantias alternativas são exercidas: (i) pacto de retenção de 5% do valor máximo do contrato; e (ii) apresentação de seguro ou fiança bancária, por parte da contratada, para cobrir eventuais perdas.

(b) Cíveis

(i) Decorrentes de serviços prestados por terceiros a clientes da Companhia

As eventuais demandas são suportadas por cláusulas contratuais onde, havendo inércia injustificada na solução por parte das contratadas, a Companhia poderá efetuar a quitação financeira junto aos seus clientes e subsequentemente se ressarcir com redução nos pagamentos para as prestadoras de serviços.

(ii) Decorrentes de sinistros contra a Companhia

Em decorrência do contrato de concessão, é mantida apólice de seguros com cobertura de riscos de responsabilidade civil e riscos operacionais.

(c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Não existem outros processos trabalhistas sendo avaliados como risco de perda possível em 31 de dezembro de 2017, todos os processos foram avaliados como risco de perda provável.

Existem processos tributários que não estão provisionados, por estarem classificados como chance de êxito possível ou provável pelos consultores jurídicos. Os valores dessas contingências totalizam R\$ 8.907 em 31 de dezembro de 2017 (em 2016 - R\$ 5.870) e referem-se, principalmente, a Auto de Infração e Imposição de Multa lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo em que se imputam à Companhia as seguintes infrações: recebimento de crédito acumulado de ICMS sem autorização e observância dos requisitos previstos na Portaria CAT nº 26/2010 e apresentação de Guias de Informação e Apuração do ICMS - GIAs com indicação incorreta de informação econômico-fiscal no que se refere aos créditos do Programa de Ação Cultural – PAC.

19 Compromissos

19.1 Fornecedores de gás

A Companhia, em 01 de dezembro de 2012, firmou com a Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A. aditivo nº 01 ao contrato de compra e venda de gás natural importado celebrado em 03 de julho de 2002 (Contrato Convencional) e em complemento ao mesmo, firmou na mesma data o Contrato firme de compra e venda de gás natural (Contrato firme inflexível). Ambos os contratos apresentavam cláusulas prevendo quantidades mínimas a serem retiradas e transportadas, denominadas SOP e TOP, onde SOP ou Remuneração Mínima de Reserva Anual (RMRA) significa a remuneração mínima anual paga à Petrobrás pela reserva do Gás à Distribuidora e TOP ou Retirada Mínima Anual (RMA) significa o valor do compromisso de retirada do Gás da Distribuidora, sendo recuperável em até doze meses após término do contrato.

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de junho de 2014 o contrato de compra e venda de gás natural importado foi encerrado.

Em 15 de dezembro de 2016 foram celebrados os termos aditivos: nº 1 ao Contrato Compra e Venda de Gás Natural (Contrato firme inflexível) com a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS e o Aditivo nº 2 ao Contrato de Normas Gerais, no qual as partes acordaram: (i) a prorrogação da vigência do contrato, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2021; e (ii) alteração dos principais compromissos contratuais de SOP e TOP para Encargo de Capacidade (EC) e Retirada Mínima Mensal (RMM), respectivamente.

Por esses Aditivos, a GNSPS se compromete: (i) a cada ano de sua vigência, a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente mês, a 70% da QDC - compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM) – antigo ToP para o ano de 2016 a 2021; (ii) a cada ano de sua vigência, a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, a pagar um Encargo de Capacidade (antigo SOP) do correspondente mês, a 90% da QDC - para o ano de 2016, 95% para 2017 e 100% para os demais anos.

Segue demonstrada a previsão de compra de gás até o final do contrato em m³:

2018	2019	2020	2021
438.000.000	438.000.000	439.200.000	438.000.000

19.2 Compromisso com o poder concedente

De acordo com o Contrato de Concessão firmado em 31 de maio de 2000, entre a GNSPS e o Estado de São Paulo, no âmbito da Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE, sucedida a partir de 7 de dezembro de 2007 pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, a Companhia assumiu o compromisso de prestar o serviço de distribuição de gás natural canalizado para 93 município na região sul do Estado, onde não havia serviço de distribuição de gás. Ao final do exercício de 2017 a Companhia atende a 20 municípios por meio de uma rede de 1,6 mil km de extensão.

O plano de investimentos da Companhia aprovado na 2ª Revisão Tarifária, para o quinquênio 06/2010-05/2015, previu um montante de investimento correspondente a R\$ 88.063 mil (moeda de abril de 2010, data da apresentação da proposta para a Revisão Tarifária ao Regulador conforme contrato de concessão), tendo sido realizado 60% deste valor durante o ciclo tarifário.

Já em relação à 3ª Revisão Tarifária, para o quinquênio 06/2015-05/2020, encontra-se com o processo regulatório suspenso, pendente de definição por parte do regulador, sem prazo para conclusão.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 é composto por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	2017	2016
Gas Natural Distribucion Latinoamerica S.A.	595.799.876	595.799.876
Sergio Manuel Aranda Moreno	1	1
	<u>595.799.877</u>	<u>595.799.877</u>

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil. Os titulares das ações têm direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a absorção de prejuízos acumulados e constituição da reserva legal.

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.2 Reserva de lucros e lucros acumulados

(a) Reserva legal

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, limitada a 20% do capital social e 30% do capital acrescido da reserva de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia. Até o ano de 2010 a Companhia constituiu reserva de expansão, com a finalidade de financiar parte dos investimentos de períodos posteriores. Em função da estrutura de capital da Companhia apresentada no final do exercício, não foi constituída reserva de expansão em 31 de dezembro de 2017.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	40.039	50.719
Constituição da reserva legal	(2.002)	(2.536)
Base de cálculo dos dividendos	<u>38.037</u>	<u>48.183</u>
Dividendos	<u>22.366</u>	<u>27.431</u>
Distribuição proposta:		
Juros sobre o capital próprio a pagar	22.366	27.431
Dividendos a pagar	<u>-</u>	<u>-</u>
Percentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	<u>59%</u>	<u>57%</u>

A Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2017 aprovou a distribuição dos dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 20.752.

Em conformidade com a Lei 9.249/95, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2017, aprovou o pagamento de JCP no montante de R\$ 22.366, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP. O saldo remanescente, no valor de R\$ 15.671, permaneceu no patrimônio líquido da Companhia e terá a destinação atribuída pela Assembleia Geral de Acionistas que será realizada em abril de 2018.

21 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Vendas de gás	695.872	586.145
Contratos de construção	23.467	30.802
Outras receitas	981	649
Total receita bruta	720.320	617.596
(-) Deduções da receita Bruta	(165.361)	(124.605)
Receita líquida	<u>554.959</u>	<u>492.991</u>

Em maio de 2015, encerrou-se o 3º ciclo regulatório tarifário, no entanto, por questões externas à GNSPS, não houve o encerramento do processo de revisão tarifária coordenado pela ARSESP, o qual reajustaria o nível das margens de distribuição praticadas pela concessionária até maio de 2020. Tal processo encontra-se suspenso judicialmente sem previsão de data para a resolução.

Para o ano de 2017, as tarifas de gás da Gas Natural São Paulo Sul sofreram duas atualizações:

. A partir de 1º de abril, conforme homologado através da Deliberação ARSESP 717/2017, foi atualizada o valor da carga tributária do ICMS de um percentual de 12% para 15%, considerando o Decreto No 62.399, de 29 de dezembro de 2016, que altera o percentual do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, o valor do custo do gás e do transporte contido nas tarifas-teto vigentes e o valor da parcela de repasse de todos os segmentos.

. A partir de 31 de maio, conforme homologado através da Deliberação ARSESP 730/2017, foram atualizados os valores das Margens de Distribuição através do IGP-M (+3,367251%), índice acumulado de Abril/2016 a Abril/2017, o valor do custo do gás e do transporte contido nas tarifas-teto vigentes, o valor da parcela de repasse de todos os segmentos e o valor unitário referente ao fator K foi ajustado para R\$ 0,00/m³. O termo de ajuste k é utilizado para corrigir os desvios anuais existentes entre a margem máxima autorizada pelo regulador e a margem obtida pela concessionária e será aplicado anualmente somente quando a margem obtida pela concessionária exceder a margem máxima autorizada pelo regulador.

22 Custo do serviço

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Compra de gás e de serviços	(388.255)	(307.204)
Custo dos contratos de construção	(23.467)	(30.802)
Custo de pessoal	(3.413)	(3.258)
Amortização do intangível (Nota 13)	(17.294)	(16.005)
	<u>(432.429)</u>	<u>(357.269)</u>

23 Resultado financeiro, líquido

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.628	2.015
Outras receitas financeiras	1.221	1.898
	4.849	3.913
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(10.740)	(10.381)
Comissões e tarifas de cobrança	(27)	(28)
Fiança bancária	(652)	(524)
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras	(415)	(1.005)

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outras despesas financeiras	(667)	(804)
	<u>(12.501)</u>	<u>(12.742)</u>
	<u>(7.652)</u>	<u>(8.829)</u>

24 Despesas gerais e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesa de pessoal	(2.433)	(2.516)
Utilidades, materiais e serviços	(3.732)	(3.353)
Serviço de manutenção	(8.062)	(7.347)
Serviços de profissionais independentes e contratados	(14.051)	(14.887)
Publicidade e propaganda	(988)	(968)
Despesas com royalties	(5.864)	(6.776)
Aluguéis	(1.187)	(708)
Amortizações do intangível e diferido (Notas 13 e 14)	<u>(21.917)</u>	<u>(21.544)</u>
	<u>(58.234)</u>	<u>(58.099)</u>

25 Outras despesas operacionais, líquidas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Penalidades e indenização a terceiros	606	1.201
Gastos com P&D (i)	213	924
Ajuste de inventário de gás natural	1.917	(584)
Viagens e estadias	83	50
Despesas com equipamentos vendidos	634	736
Receita de vendas de equipamentos	(855)	(899)
Impostos e taxas (ii)	3.715	3.267
Provisões (iii)	(1.324)	(827)
Perdas e recuperação de créditos	1.080	753
Outras despesas gerais/operacionais	<u>1.037</u>	<u>810</u>
	<u>7.106</u>	<u>5.431</u>

(i) Referem-se aos gastos incorridos com o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética aprovados pela ARSESP (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo).

(ii) Referem-se aos valores de taxa de fiscalização da ARSESP (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo) e outros impostos não recuperáveis.

(iii) Refere-se a provisões para contingências trabalhistas, cíveis e regulatórias.

26 Cobertura de seguros

A Companhia possui programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de limitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. A cobertura foi contratada por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

envolvidos em suas operações e com base na orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas (não auditado)	
	2017	2016
Responsabilidade civil atribuída aos conselheiros, diretores e administradores (*)	94.000	4.000
Responsabilidade civil atribuída à Companhia	160.200	81.826
Danos materiais	246.708	316.708
Lucros cessantes	73.692	92.422

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas no Brasil do Grupo Gas Natural Fenosa.

* * *